

RELAÇÕES DE PODER: A ADMINISTRAÇÃO DA CAPITANIA DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS SOB SERGIPE DEL REY, NOS SETECENTOS.¹

Elielma Barbosa Lisboa²

Resumo

Este presente artigo objetiva através das análises das fontes colhidas no Projeto Resgate apontar aspectos das relações administrativas e econômicas entre as duas capitanias, Baía de Todos os Santos, e Sergipe Del Rey. Nossas inquietações, de viés econômico, partem de alguns questionamentos: como era a produção naquele período; qual era a destinação de produtos como o fumo, o açúcar, a farinha, o gado e sob qual tutela se encontravam esses cultivos. Neste sentido nos indagamos: afinal qual é o ponto principal do interesse da Bahia em manter subordinada aquela capitania e como isso se deu? Revisamos ainda como o grande interesse da Bahia nesta capitania se justificava devido a forte produção e manutenção do status com a qual Sergipe a permitia por meio da produção que é direcionada para tutela da mesma.

Palavras-chave: Sergipe Del Rey, economia e administração.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo identificar as relações administrativas e econômicas entre a Capitania da Baía de Todos os Santos com uma das suas subordinadas, a de Sergipe Del Rey, no período dos setecentos³. Por meio de fontes e bibliografias, entendemos que as relações entre as Capitanias da Baía de Todos os Santos e a de Sergipe Del Rey estavam ligadas, principalmente ao que se refere à interesses administrativos e econômicos.

É sabido que no século dezoito, a principal base da economia na Capitania da Bahia era o plantio da cana e fabrico de açúcar, paralelo a isso tinha o fumo, a criação de gado e o cultivo de mandioca que fez da Bahia a base da economia da colônia. A produção de Sergipe, uma das Capitanias subordinadas fazia parte da produção baiana. Como defende Ferreira Júnior: [...] “somando-se a produção da capitania (Bahia) e exportada pelo porto de salvador, a produção açucareira era aquela que merecia também maior interesse pelo seu volume”⁴. A Bahia precisava manter a grande influência sobre Sergipe, pois o mesmo além do plantio de cana oferecia também outras matérias-primas, que abastecia a Bahia, principalmente com o gado, e a farinha de mandioca, dependências estas que tornavam necessária tais relações.

Devemos notar ainda, que poucos são os estudos que analisam essa influência exercida pela Capitania da Baía de Todos os Santos sob a Capitania Sergipe Del Rey. Sheyla F. Silva trabalha em sua dissertação⁵ as fortunas de Estância, e por conta disso cita em suas análises as

relações econômicas entre as Capitanias, nos mostrando que a proximidade com o rio Real possibilitou o contato com o mercado baiano, lembrando que a proximidade deste facilitava a comercialização dos produtos que abastecia a Bahia, através da navegação, bem como, para o tráfico de escravos que abastecia a Capitania de Sergipe Del Rey.

Neste contexto, percebemos que havia traficantes da Bahia, que tinham terras em Sergipe Del Rey, aproximando a existência e fortalecimento das relações entre as duas Capitanias⁶.

“Comerciante de açúcar e escravos –, João Lopes também ocuparia posição de destaque na sociedade baiana onde também ocupou o cargo de procurador daquela Câmara em 1723[...] Em suas várias propriedades rurais espalhadas nos sertões do Piauí e Sergipe d’El Rei encontraríamos, ainda, produção de fumo, mandioca, aguardente e criação de gado”. (DOMINGUES, C.2001, p.75).

Para os traficantes era importante manter propriedades, principalmente de fumo, pois o mesmo servia de moeda de troca na comercialização com a África, no tráfico de escravos, além disso, possuía cargos administrativos que favorecia os seus interesses, como o crescimento de seu comércio, a exemplo, João Lopes que era um grande traficante de escravos e que possuía grandes propriedades nas terras sergipanas.

Na parte administrativa, notamos que existia uma relação entre as Capitanias da Baía de Todos os Santos, com a de Sergipe Del Rey, por meio da criação de cargos e cidades. No 32º Governador da Bahia, Exmo. D. João de Lencastro, podemos citar a ressalva de Vilhena ao citar que o mesmo fundou, “cinco vilas da capitania de Sergipe Del Rei, e vem a ser Santo Amaro das Brotas, Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, Vila Nova Real Del Rei”. Lencastro adentrou o sertão, para examinar as minas de salitre, e também o ouro e prata, o que lhe possibilitou a criação de povoados na Capitania de Sergipe Del Rey no período de seu governo por volta de 1696. No governo de D. João de Lencastro foram criados cargos em Sergipe Del Rey, “[...] no tempo do seu governo se criaram os lugares de Ouvidor Geral”⁷.

Através dos escritos de Antonil⁸ sabemos que havia ligação da Bahia com a Capitania de Sergipe Del Rey, além do campo administrativo, existia também uma forte ligação na esfera econômica.

“BENEFICIADO E ENROLADO O TABACO, e pago o seu dízimo a Deus, que é de vinte arrobas uma (e rende este dízimo, um ano por outro, dezoito mil cruzados, como consta do arrendamento do dízimo que se tira da Cachoeira da Bahia, e suas freguesias anexas, fora o que se lavra pelas mais partes do sertão dela em Sergipe Del Rei, [...] que apartado do rendimento do dízimo do açúcar e mais meunças rende dez até doze mil cruzados), vem pagando seus carretos e fretes para a cidade da Bahia até se meter em uma

sua própria alfândega, aonde se despacham para Lisboa?”. (ANTONIL, 1982, p.71).

Percebe que mesmo o açúcar sendo a base da economia, o fumo também teve destaque, se tornou um produto bastante procurado, sendo mais fácil de ser cultivado e de menor exigência no contingente de escravos, diferentemente dos engenhos. Ressalvando ainda que este era usado como moeda de compra no tráfico de escravos na África. Além do plantio de cana e fumo, havia na Capitania de Sergipe um grande número de pastos para a criação de gado⁹, fato que modificará por muito as condições econômicas do território da Bahia e Sergipe, a ser discorridas neste texto.

2. Relações administrativas, políticas e econômicas.

Para entendermos o processo administrativo e político da Capitania da Bahia com uma das suas subordinadas, Sergipe Del Rey, através dos documentos do Projeto Resgate, deve-se notar a existência da grande quantidade de nomeações e requerimentos para cargos judiciais e administrativos, o que torna assim, perceptível o controle administrativo que a Bahia exercia sob Sergipe, além de suas relações de interesses econômicos. Na Petição¹⁰ de José Machado Pinto, contratador de dízimo da capitania da Bahia e suas anexas, solicitando ao rei, a inclusão de uma ilha, para a sua jurisdição, fica claro a supremacia da Bahia. Pois quando deste pedido, notamos que o rei determina que a administração do território pertencente a Sergipe, deve ficar sob os cuidados da Bahia e não Pernambuco, sendo que é da alçada administrativa da Bahia a responsabilidade nas cobranças de impostos, isto se justificando porque a localização da ilha nas margens do Rio São Francisco está na demarcação de terras da Capitania de Sergipe, deixando evidente a relação de domínio entre as capitanias.

O contexto das relações administrativas no Brasil-Colônia, estava presente através do desdobramento do poder real, que se fez, através da criação dos cargos: Governador-Geral, capitães-mores, ouvidores e autoridades municipais entre outros. Notamos estas relações dos cargos administrativos e judiciais, com a Coroa, através de análise dos documentos, a exemplo: a solicitação de Antônio Barreto de Menezes, ao rei D. João, pedindo a confirmação de uma carta patente para o posto de Capitão da tropa de cavalos do regimento, lembrando que o cargo estava vazio devido a uma promoção do antigo ocupante. O rei confirmará através de uma carta patente, emitida no ano de 1723, nomeação provida pelo rei. As relações de parentescos, também estavam presentes nos requerimentos dos cargos administrativos e

judiciais, como podemos observar, no requerimento de Nicolau de Souza Furtado. Em 1723, ele solicitou ao rei D. João V, a carta de propriedade dos ofícios de tabelião do publico judicial notas e órfãos da capitania de Sergipe Del Rey, alegando que é de direito por ter sido do seu avô e do seu pai, ressaltando que, em alguns cargos judiciais, havia interesses de que fosse contínuo os laços familiares, ou seja, que o cargo passasse de pai para filho, estabelecendo o controle vinculado a uma família.

Devemos lembrar que a criação de cargos e cidades, na capitania de Sergipe foi importante para efetivar a administração desta, isso foi possível para que a mesma pudesse tomar medidas sem necessidade e/ou dependência total da Capitania da Bahia, isso não significa, no entanto, que Sergipe Del Rey deixa de ser subordinada. Mais através dos cargos era possível a cobrança de impostos e manter o controle político, esse investimento tornou “[...] mais complexa a máquina administrativa, maiores seriam os problemas que passaram a desafiar as autoridades locais, sob influência de fatores externos e internos.”¹¹. Ressaltando que nos documentos do Conselho Ultramarino, é possível notarmos a importância destes cargos, como na nomeação do posto de serventia do Ofício de tabelião do Judicial e Notas da Vila de Santo Amaro das Brotas, Pedro Rodrigues Bandeira, este cargo era exercido por ofício, criado pela câmara.¹² Além das concessões dos Cargos havia um controle através de investigações, como na carta de petição¹³, feita por Miguel de Arez Lobo de Carvalho, ouvidor da Capitania de Sergipe Del Rey, ao rei D. José I, certificando o cumprimento das designações estabelecidas para o cargo de Ministro sindicado, cargo exercido por Domingos José Viegas, no ano de 1754 na Capitania de Sergipe Del Rey.

No esquema politico-administrativo transportado da metrópole para a Colônia, uma das instituições que traz indagações é a criação da Câmara Municipal, Órgão colegiado, cabia-lhe administrar a menor fração administrativa da colônia - a Vila, exercendo ao mesmo tempo, funções político-administrativas, judiciais e fazendárias, apresentando assim suas peculiaridades. Ainda era função sua eleger o capitão-mor das ordenanças e demais postos, lembrando que as indicações destes cargos as vezes gerava conflitos internos, como na carta em que o Capitão Mor, José Pereira de Araújo, informa ao rei D. João V através do requerimento emitido no ano de 1725, fazendo acusações contra o ouvidor Antônio Soares Pinto, alegando que o mesmo tentou subordiná-lo, e que o mesmo quer cobrar e mandar no cargo que não lhe pertence.

Através do poder administrativo, notamos que existia uma relação entre as Capitânicas da Baía de Todos os Santos, com a de Sergipe Del Rey, destacando que através dos cargos

judiciais e administrativos, era possível a cobrança de impostos e o controle político das capitânias. Destacando que nos documentos do Conselho Ultramarino, é possível notarmos a importância destes cargos, como na nomeação do posto de serventia do Ofício de tabelião do Judicial e Notas da Vila de Santo Amaro das Brotas, Pedro Rodrigues Bandeira, requerimento feito no ano de 1754, este cargo era exercido por ofício, criado pela câmara, lembrando que a câmara era responsável pela criação de alguns cargos na administração das comarcas, favorecendo para os laços de alianças entre os órgãos públicos e os grandes fazendeiros. Além das concessões dos Cargos havia um controle sobre as pessoas que estavam ocupando os tais cargos, como na carta de petição, feita por Miguel de Arez Lobo de Carvalho, ouvidor da Capitania de Sergipe Del Rey, ao rei D. José I, certificando o cumprimento das designações estabelecidas para o cargo de Ministro sindicado, cargo exercido por Domingos José Viegas, no ano de 1754 na Capitania de Sergipe Del Rey.

No requerimento¹⁴ de João Caetano de Macedo, ao Rei D. José I, solicitando ser provido no posto de Capitão Mor, Petição feita na Capitania de Sergipe Del Rey, anterior ao ano de 1757, mostra a relação familiar para requerimento de um cargo, a patente de capitão Mor, alegando que seu pai tinha servido ao rei, o que permitia também ser beneficiado com um cargo. É notável, que estes Cargos eram pedidos ao rei através de cartas, geralmente quem os pediam eram pessoas da nobreza ou que serviam a coroa prestando serviço militar. Neste requerimento tem como beneficiário para o posto de Capitão-mor, que era o responsável pelas ordenanças de uma cidade, ou Vila, João Caetano de Macedo. Petição feita na Capitania de Sergipe Del Rey, anterior ao ano de 1757, em que o posto de Capitão Mor era nomeação provida pelo rei.

Um ponto a se notar é o fato de que com a transferência da Capital do Brasil – Colônia em 1763, para o Rio de Janeiro, houve mudanças e repercussão na Capitania de Sergipe, principalmente na política, pois os “Capitães-mores até então eram nomeados pelo Rei, sendo pessoa sem qualquer ligação com a terra que vinha administrar, selecionados pelo Conselho Ultramarino” e que “A partir da transferência da Capital para o Rio de Janeiro, mesmo nomeado pelo Rei, são sujeitos ao Governo da Bahia e não ao Vice-rei, como outros capitães-mores”, e neste viés podemos perceber o controle e poder que a Capitania da Bahia exercia sobre Sergipe¹⁵.

Para compreendermos a formação e subordinação da Capitania Sergipe Del Rey, é preciso fundamentar-nos nas discussões trazidas por Schwartz em *Segredos Internos*¹⁶ quando o autor discute que:

“Desde a década de 1570 os baianos tentaram a conquista de Sergipe El-Rey, mas a efetiva penetração na área só aconteceu dois decênios mais tarde [...] Criadores de gado baianos, como a família Garcia d'Ávila, possibilitaram o desbravamento do interior de Sergipe ao avançarem com seus rebanhos ao longo do São Francisco e de outros rios – especialmente o Cotenguiba, o Sergipe e o Japarantuba”. (SCHWARTZ, 1988, p. 91).

Um dos fatores de grande influência neste processo subordinativo foi o açúcar, que nos setecentos era à base da economia baiana e mediante a demanda comercial deste produto, foi preciso concomitante a isso, o aumento do seu cultivo, que na Bahia inicialmente produzido no Recôncavo, foi se adentrando ao sertão, tomando parte do território da Capitania de Sergipe já então subordinada, assentando maiores interesses fossem eles políticos e/ou econômicos.

Nos documentos do projeto resgate, encontramos requerimentos de doações de sesmarias, em que um destes Manuel Fernandes de Souza, morador no Sertão da Cotenguiba, na Capitania de Sergipe Del Rey, faz petição solicitando ao rei D. José I, por volta do ano de 1754¹⁷, a confirmação de doação da sesmaria para a criação de gado no sertão do Rio Vaza-Barris, este nascente na Bahia, atravessando o território do sertão de Sergipe para a deságua no mar. Notamos novamente que as relações de poder, eram importantes nas doações de terras, mas também havia interesses econômicos para estas doações, era necessária a povoação do sertão adentro, principalmente para a criação de gado e plantio da cana-de-açúcar na Capitania de Sergipe, denota-se esta necessidade, tendo em vista que a mesma era fornecedora destes produtos à Capitania da Bahia. Com base nas discussões de Antonil, percebemos como a região favorecia a esses investimentos, assim como na petição acima citada;

“E porque as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manamente de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, [...], na do rio Real, na do rio Vaza-Barris, na do rio Sergipe [...] em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio de São Francisco cento e seis”. (ANTONIL, 1982, p.95).

A criação de gado na região onde havia cultivo de outros produtos além do açúcar deve-se notar, foi de suma importância, tendo em vista que este era usado não somente nos engenhos, mas de grande utilização nas produções menos centrais, tais como no processo de enrolamento do fumo e no fabrico de solas, assim como aponta Antonil: “[...] que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados [...] Além disso, vão cada ano da Bahia para o reino até cinquenta mil meios de sola”¹⁸. Este investimento da

criação do gado na Capitania Subordinada permitiu a expansão da cana e do fumo do Recôncavo Baiano, ainda notamos o papel do animal em sua utilidade nos diversos transportes e a manutenção de alguns engenhos, esta criação permitiu por muito a ascensão dessas duas capitanias.

As doações de sesmarias no sertão de Sergipe Del Rey tinham como principal finalidade a criação de gado e plantio de cana de açúcar, juntamente com o plantio de mandioca, fumo e algodão, que fez desta Capitania um grande polo de produção de manufaturados que abastecia a Capitania da Bahia. Ressalvo ainda que a criação de gado possuiu papel de grande relevância nos engenhos.

Partindo desse pressuposto, temos estes indícios na análise da carta de petição de Manuel Nunes Coelho¹⁹, pedindo ao rei uma doação de sesmaria, para a criação de seus gados na Vila de Itabaiana, um sítio chamado de Lomba, ou Campo do Siqueira, terras em que alega ser devolutas, tendo uma légua de largura e três de comprimento. Neste requerimento Manuel Nunes Coelho proprietário de Engenho, enfatiza que estas terras serão para criar gados, e esta por sua vez será de ampla serventia no funcionamento de seu engenho. Como enfatiza Thetis Nunes, a implantação de engenhos em Sergipe no início de sua formação foi tímida, se restringindo a poucas casas de produção, mas que a partir da expansão de canaviais nos vales de grandes rios como: Rio Real, Vasa-Barris, Contiguiba, Sergipe e outros, despertou-se maior crescimento e, conseqüentemente surgimento de novos engenhos²⁰.

Outro ponto a destacar no documento acima mencionado é a relação que havia entre os criadores de gado e donos de engenhos, como no caso de Manuel Nunes Coelho²¹, que era dono de engenho e solicita doação de terras para a criação de gados para o uso neste. Percebemos que com o desenvolvimento açucareiro, os rebanhos de Sergipe, além de abastecer a Bahia, mantinha papel de grande importância econômica dos engenhos, pois servia para tração, transporte e consumo de carne²².

3. Considerações finais

Percebemos que as relações entre as Capitanias de Sergipe Del Rey e a da Bahia superaram o campo administrativo, haja vista que a economia da Bahia dependia da produção de Sergipe Del Rey, pois a mesma era quem produzia a base e fornecimento de alimentos para a Baía de Todos os Santos, principalmente com a criação de gado e produção de farinha, e posteriormente a produção açucareira que complementava a do Recôncavo baiano. Como vai

afirmar Ferreira Junior, “que as relações extrapolavam o campo econômico, mas por outro lado, a relação de dependência limitava o poder político na sociedade sergipana”²³, o que fazia de Sergipe uma Capitania subordinada à Bahia.

No que se refere nos documentos sobre as concessões dos cargos, notamos que todos os documentos que foram analisados, quem concedia os cargos era o rei, seja antes da era de Pombal ou não, lembrando que até o momento da pesquisa, não foi possível estabelecer se houve mudança a partir do período pombalino, porque não encontramos nenhum documento que mencionasse estas diferenças, e que será instrumento para futuras investigações, tendo em vista que alguns autores, como Thetis Nunes, afirmam que com as mudanças estabelecidas no período pombalino, o cenário político de Sergipe sofrerá modificações, como por exemplo, nos cargos de capitães-mores, que mesmo sendo indicado pelo rei, sem nenhuma ligação com a terra, diferente dos outros capitães, os de Sergipe Del Rey ficaram sob a autoridade do Governador da Bahia, e não ao Vice-Rei.

Outro ponto a questionar é: quais as relações entre as duas capitanias; o que era subordinado; e o que mudou. Nas investigações até o momento elucidadas percebemos que as mesmas estavam ligadas, sobretudo, no que se refere à economia, porque a maioria dos donos de currais em Sergipe eram proprietários baianos, de grandes nomes e poder. Estes status devem se relacionar com a facilitação do manejo dos produtos de Sergipe para a Bahia, principalmente a carne bovina, o cultivo de cana e fabrico de açúcar, bem como a produção de fumo, mandioca, bata-doce, algodão e outros produtos de subsistência. Além disso, havia um controle através dos impostos cobrados e recolhidos em Sergipe, que era somado à economia baiana.

Por fim, ressaltamos que essa pesquisa ainda se encontra em andamento.

¹Artigo apresentado na comunicação do VI Encontro Estadual de História (ANPUH-BA) “Povos Indígenas, Africanidades e Diversidade Cultural: Produção do Conhecimento e Ensino”.

²Elielma Barbosa Lisboa, graduanda no curso de Licenciatura em História, *campus XVIII* da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, superior incompleto, discente do projeto de iniciação científica, PICIN. E-mail: Elielma.lisboa@hotmail.com.

³ Suscitadas através de discussões do Projeto de Iniciação Científica – *Nas margens do Rio Real: um estudo sobre as relações econômicas existentes entre as Capitanias da Baía de Todos os Santos e a de Sergipe Del Rey nos setecentos*, sob orientação da Professora Ms. Joceneide Cunha, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

⁴ FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos púrpuros e as negras sotainas. (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial 1763-1823)*. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade de Campinas. p. 28.

⁵ SILVA, S. Farias. *Nas teias da fortuna: homens de negocio na Estância oitocentista (1820-1888)*. Salvador, 2005. Dissertação. Universidade Federal da Bahia.p.50.

-
- ⁶ DOMINGUES SOUZA, Cândido Eugênio. *“Perseguidores da espécie humana”*: capitães negreiros da cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia.
- ⁷ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. 1. Ed. Bahia: Itapuã, 1969.3v. p.403).
- ⁸ André João Antonil, viajante, deixou seus escritos que foram licenciados em 1711 pelo Santo Officio, intitulados de *“Cultura e Opulência do Brasil”*.
- ⁹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. 1. Ed. São Cristovão: Editora UFS, 2006. p.11
- ¹⁰ Inventário: nº 391, caixa:07, documento nº 38 – Projeto Resgate/
- ¹¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. 1. Ed. São Cristovão: Editora UFS, 2006.p 105
- ¹² Inventário: nº 379 caixa: 07, documento nº 24-Projeto Resgate
- ¹³ Inventário: nº 381 caixa: 07, documento nº 26-Projeto Resgate
- ¹⁴ Inventário: nº 400 caixa: 07, documento nº 45-Projeto Resgate
- ¹⁵ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. 1. Ed. São Cristovão: Editora UFS, 2006. 115
- ¹⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ¹⁷ Inventário: 385 Caixa: 07 Documento :Nº 30-Projeto Resgate
- ¹⁸ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1982. p.96
- ¹⁹ Inventário: nº 273 Caixa: 04 Documento: nº 66-Projeto Resgate
- ²⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. 1. Ed. São Cristovão: Editora UFS, 2006.p. 154.
- ²¹ Inventário: nº 273 Caixa: 04 Documento: nº 66-Projeto Resgate
- ²² NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. 1. Ed. São Cristovão: Editora UFS, 2006.p.154.
- ²³ FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos púrpuros e as negras sotainas. (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial 1763-1823)*. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade de Campinas. p.04.